

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME I



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1959

I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

LISBOA, 15 A 20 DE DEZEMBRO DE 1958

Por iniciativa da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção (antiguidades, escavações e numismática) da Junta Nacional da Educação, e com o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, realizou-se em Lisboa, entre 15 e 20 de Dezembro, o I Congresso Nacional de Arqueologia em homenagem à memória do grande arqueólogo que foi José Leite de Vasconcelos.

A Comissão Organizadora era constituída pelas seguintes individualidades: Prof. Doutor João Pereira Dias (Vice-presidente da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da J.N.E.); Prof. Doutor Manuel Heleno, catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, director do Museu Etnológico e vogal da J.N.E.; Eng.^o D. Antonio de Castelo Branco, director dos Serviços Geológicos e vogal da J.N.E.; Dr. D. Fernando de Almeida, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e activo Secretário-Geral do Congresso.

O Congresso reuniu em Lisboa um número muito elevado de arqueólogos (quase uma centena) na sua maioria portugueses, e alguns estrangeiros que, por se terem ocupado de problemas da arqueologia portuguesa, a Comissão especialmente convidou. Assim, estiveram presentes o Prof. Antonio García y Bellido, catedrático da Universidade de Madrid e director do Instituto Espanhol de Arqueologia; o Prof. Martin Almagro, catedrático da mesma Universidade e director da Secção de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas; o Prof. Juan Maluquer de Motes, catedrático da Universidade de Salamanca e director do Seminário de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Letras; Prof. J. M. Blazquez, da Universidade de Salamanca; Dr. Wilhelm Grünhagen, Sub-director do Deutsches Archäologisches Institut, de Madrid; Prof. Scarlat Lambrino, da Faculdade de Letras de Lisboa; Dr.^a Vera Leisner; e P.^e Jean Roche, do Centre National des Recherches Scientifiques, de Paris.

Não faremos aqui referência às numerosas comunicações apresentadas, nem às várias cerimónias, excursões e actos sociais que tiveram lugar durante o Congresso e que a Imprensa largamente noticiou.

O que importa salientar é a merecida homenagem que se prestou a um dos maiores nomes da arqueologia nacional, e mesmo, sem limitação de fronteiras, um dos maiores arqueólogos do seu tempo; e também a decidida colaboração que a juventude universitária deu aos trabalhos e ao bom êxito do Congresso.

E parece-nos conveniente transcrever as conclusões e votos lidos pelo Presidente da Comissão Organizadora, Doutor João Pereira Dias, na sessão de encerramento, depois de aprovados por unanimidade. Para bem da Arqueologia Portuguesa fazemos, também nós, os votos de que eles mereçam a boa atenção das entidades competentes, pois a investigação arqueológica em Portugal ainda não alcançou, apesar de sérios esforços feitos nesse sentido, nem o nível técnico que muitos desejam, nem o lugar que lhe compete. E cada vez é mais necessário ir ao encontro dos que começam, aperfeiçoando os meios de formação e investigação, e garantindo boas condições de trabalho e de estudo.

I CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

CONCLUSÕES E VOTOS

O I Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, aprovou, na sessão de encerramento, as conclusões e votos seguintes:

que se signifique ao Governo da Nação profundo reconhecimento pelo patrocínio e outras valiosas contribuições com que se tomou possível a realização do Congresso em condições de bom êxito;

que se exprima viva gratidão aos organismos universitários e outras entidades oficiais, às sociedades científicas e às individualidades nacionais e estrangeiras que concorreram para os trabalhos do Congresso alcançarem alto nível;

que se exprima a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional o aplauso do Congresso pelo incremento que deu aos estudos arqueológicos na recente reforma das Faculdades de Letras;

que se comunique a Suas Excelências os Ministros das Obras Públicas, Ultramar, Educação Nacional e Economia rendido apreço pelo estudo e conservação de algumas estações e monumentos arqueológicos mais importantes;

que se manifeste a Suas Excelências os Ministros do Interior, Finanças e Comunicações agradecimento pelo zelo na aquisição de peças arqueológicas para o Estado e na defesa das estações arqueológicas provenientes de achados fortuitos;

que se solicite do Governo a actualização dos preceitos legais que regulam as condições de pesquisa e conservação de objectos, estações e monumentos arqueológicos, de modo a melhorarem os métodos de estudo e a não se desperdiçarem quaisquer elementos para a reconstrução do ambiente e modo de vida das populações primitivas do nosso território;

que, dada a importância que está adquirindo o Continente Africano no domínio da Pré-história, em especial no que toca à localização do berço da Humanidade, se promova a intensificação da exploração científica no Ultramar Português, acautelando em institutos adequados o produto dos trabalhos efectuados;

que se legisle no sentido de os Museus regionais, municipais e de iniciativa particular serem organizados em moldes que lhes assegurem não só continuidade, boa apresentação e completo aproveitamento científico do seu recheio, mas também eficiente contribuição para o desenvolvimento da cultura popular;

que se fomenta a aplicação de técnicas modernas aos trabalhos de investigação arqueológica, quer criando laboratórios apropriados nos principais Institutos de arqueologia, quer recorrendo a laboratórios especializados nacionais e estrangeiros;

que seja revista a orgânica do curso de formação dos conservadores dos Museus, de modo a fornecer-lhes preparação teórica e prática mais aprofundada nas matérias relativas aos Museus de arqueologia ou às secções arqueológicas dos Museus mistos;

que se dê às Faculdades de Letras a possibilidade de, pela realização de cursos de arqueologia de campo, com suas técnicas de escavações e laboratoriais, e de cursos de extensão universitária, concorrerem para a formação de um escol de futuros investigadores sobre as origens remotas da nossa civilização;

que se promova mais íntimo contacto com cientistas estrangeiros, designadamente os do país vizinho, com fito numa melhor compreensão dos problemas de pré-história e arqueologia da Península Ibérica e das suas correlações com outras culturas;

que se constitua, no âmbito do Instituto de Alta Cultura, uma comissão permanente com o encargo de precisar e unificar a terminologia portuguesa das ciências arqueológicas;

que os Congressos Nacionais de Arqueologia se celebrem com a periodicidade de três anos, em cidades da Metrópole e Ultramar Português;

que, excepcionalmente, se realizem Congressos fora do período normal, se algum acontecimento de singular importância justificar a sua celebração;

que cada Congresso Nacional de Arqueologia tenha por patrono uma individualidade de alto mérito no campo da Arqueologia, cuja memória esteja vinculada à cidade ou região em que ele se celebre (por exemplo Virgílio Correia em Coimbra, Ricardo Severo no Porto, Martins Sarmento em Guimarães, Frei Manuel do Cenáculo em Évora, Estácio da Veiga em Faro);

que se dêem à 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação poderes para, no prazo de seis meses após a realização de cada Congresso, escolher a sede e a Comissão Organizadora do Congresso imediato.